

O DESENVOLVIMENTO É UMA FORMA ALARGADA DE CONCEBER A PRODUÇÃO, A GESTÃO E A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA, QUE INCORPORA FUNDAMENTOS DO BEM-ESTAR SOCIAL

Joseilde Amaro dos Santos¹

Anna Christinna Freire Barbosa²

Jairton Fraga Araújo³

Lúcia Marisy Ribeiro de Oliveira⁴

Desenvolvimento Urbano e Rural (Mobilidade Urbana e Turismo)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a concepção de desenvolvimento como processo multidimensional, buscando entender as relações existentes entre os aspectos econômico, social, ambiental e territorial que são bases transversais para a efetivação do processo na conjuntura atual do mundo produtivo. Compreender quais as percepções teóricas existentes acerca do desenvolvimento e suas implicações no contexto prático, considerando que, em linhas gerais, para se obter um nível satisfatório de desenvolvimento no sentido amplo e real, requer que este esteja pautado na explícita conciliação/integração dos setores econômico-territoriais, meio ambiente e sociedade. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, fez-se um passeio nas questões/partes que buscam refletir sobre o que é desenvolvimento, quais suas dimensões e a relação Desenvolvimento e “Bem-estar” social, cuja construção do conhecimento se deu com a utilização de artigos, livros e periódicos. Em suma, o fator desenvolvimento se apresenta como sendo um processo abrangente que incorpora intersecções entre os fundamentos que orientam os ciclos do processo produtivo (produção, gestão, acumulação de capital/riquezas), com a necessária aliança aos que orientam a preservação do meio ambiente e a promoção de ações garantidoras de bem-estar antrópico e ecotrópico. Desta feita, é necessária uma ressignificação constante do seu conceito considerando as necessidades contemporâneas da sociedade, bem como de ações para além do eixo econômico, do viés material, mas que englobe também sustentabilidade e preservação da vida em todas as suas dimensões e formas de existir.

Palavras-chave: Economia; Meio ambiente; Sociedade; Bem-estar.

¹ Estudante do curso de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial UNEB
e-mail: joseilde.amaro@gmail.com

² Profa. Dra UNEB - Campus III e-mail: acbarbosa@uneb.br

³ Prof. Dr UNEB - Campus III e-mail: jafaraujo@uneb.br

⁴ Profa. Dra UNIVASF e-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br

INTRODUÇÃO

Podendo ser compreendido como resultado da aquisição das capacidades territoriais de produção, acumulação e socialização de riquezas para além do âmbito material, o processo de desenvolvimento se apresenta com várias interpretações, mas termina sendo a consenso, por ser a expressão subjetiva do resultado da “simbiose”, entendida aqui como interação/inter-relação, entre as dimensões econômica, social, ambiental e territorial.

Depreende-se dessa maneira que o desenvolvimento é um processo amplo que perpassa pelos fundamentos do crescimento econômico como geração de meios de sobrevivência e acúmulo de capital, pela sustentabilidade enquanto produção responsável e com proteção ambiental e pela promoção e garantia de direitos básicos e essenciais à cidadania, dentre eles: direito à vida, à liberdade, à alimentação (saudável), a saúde, a educação, a segurança, a proteção, ao lazer, a habitação, a água potável, à locomoção segura, e outros.

Este artigo está dividido da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa bibliográfica, seguido dos resultados e discussões onde neste espaço discorre-se sobre o que é desenvolvimento com reflexões acerca das várias interpretações sobre o termo; em seguida aponta-se quais as dimensões do desenvolvimento, discorrendo sobre o entendimento que se tem em cada uma delas e na sequência aborda-se sobre a relação desenvolvimento e “Bem-estar” social; Busca-se neste itinerário, refletir sobre as correlações existentes entre desenvolvimento - homem - meio ambiente. Na última parte, traz-se as considerações gerais, seguida das referências bibliográficas de apoio.

METODOLOGIA

Consistindo em uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa, teve como finalidade melhor compreensão acerca do fator desenvolvimento, suas dimensões e sua relação com o bem - estar social. A obtenção dos dados se deu a partir da revisão de material bibliográfico, onde o estado da arte foi delineado conforme cada temática. Seguiu-se a seguinte trilha: busca e reunião do material bibliográfico a partir das

plataformas e bases de dados como Periódicos da Capes, Scielo, Google acadêmico e biblioteca virtual do IFCE Sophia, impressos, utilizando-se como estratégia de busca os termos: desenvolvimento, dimensões do desenvolvimento, bem-estar social; leitura do material selecionado/ compilação por fichamento das principais ideias dos autores; organização e consulta de autores por temática; tratamento dos dados com discussão / contextualização dos temas por tópicos, à luz das percepções dos autores e por fim sistematização das ideias em forma de trabalho completo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Refletir sobre a concepção de desenvolvimento, sua relação com o meio ambiente e suas implicações na consolidação do bem-estar social, é alicerce deste trabalho. Dentre variados autores, o referencial teórico à referida reflexão se constrói no diálogo em Silva (2016), Pecqueur (2005), Cavalcanti (Org.) (1994), Nucci e Fávero (2003), Teodoro (2011), Alves (2014) e Furtado (1974). Quanto às dimensões do desenvolvimento, o aporte teórico se deu em Pecqueur (2005), Alves (2014), Van Bellen (2010), Waquil e outros (2010), Andrade (2012), Sicsú e Castelar (2009) e Furtado (1974). Acerca da compreensão sobre a relação desenvolvimento e bem-estar social o apoio foi em Lessa (2013), Costa (2017), Vargas e Outros (2015) e Ferreira (2017).

A seguir, apresenta-se as percepções sobre o que é desenvolvimento, quais suas dimensões focando em linhas gerais, a econômica, a social, a ambiental e a territorial. Traz ainda a ideia de que o processo de desenvolvimento assume diversos sentidos dependendo das finalidades a que se propõe, todavia destaca-se que é pela inter-relação entre as dimensões que se pode alcançar desenvolvimento efetivo e promoção de bem-estar social.

➤ O que é desenvolvimento

Historicamente, o termo desenvolvimento foi e ainda é compreendido como sinônimo de crescimento econômico cuja interpretação surgiu, segundo Silva (2016, p. 171) “no pós segunda guerra”, como resultado das relações comerciais entre os países, impulsionadas, ainda conforme o referido autor, com a “necessidade de novos mercados que vai catapultar a palavra desenvolvimento como combustível para a imposição do modelo urbano industrial e posteriormente para o agronegócio.” (SILVA, 2016, p. 171).



Em tese, é uma expressão de relativo entendimento, uma vez que ao ser colocado como vetor de atração de benefícios, produção de riquezas e acumulação monetária, confere aos espectadores a promessa da melhoria das condições de vida pela economia e isto pode convencer os possíveis beneficiários a não olharem os impactos resultantes dos projetos propostos e ou implementados.

Sabe-se, porém, que tal afirmação não corresponde totalmente à verdade, quando, ao se deparar com o contexto real, percebe-se que muitos fatores emergem e que não são só benéficos ao homem e em especial, ao meio ambiente, ocasionando distorções no entendimento do que é o Desenvolvimento, na sua acepção mais ampla.

Tal distorção, que pode ser resultado da relativização e ou ignorância humana (por opção) acerca da intrínseca relação que deve existir entre o processo de produção/captação de riquezas nas suas mais diversas formas, com a necessidade do uso consciente e responsável do meio ambiente e seus múltiplos recursos, bem como da necessidade premente da promoção/garantia do “bem-estar” humano/social, como condição de sobrevivência e que tem seus fundamentos nos princípios do bem viver independente do território, seja urbano ou rural.

Ratificando o exposto, Andrade (2012, p.16) traz o pensamento que “o desenvolvimento é um processo único e integrado onde estão inseridos o rural e o urbano, o local e o nacional. Nele, devem estar incluídas a satisfação e bem-estar de pessoas de todas as etnias, sexos, faixa etárias e de todo o território nacional”.

Porém, para Escobar apud Silva, (2016), muito se tem usado a promessa de desenvolvimento como discurso ideológico onde empresários e políticos em seus planos de poder, buscam convencer a população da importância da implantação de seus “projetos”, ao passo que na realidade não conhecem, não reconhecem ou não querem assumir os impactos gerados e que por vezes não são sempre reversíveis e nem sempre são positivos.

A certeza é que a implantação de qualquer projeto de desenvolvimento em qualquer território, traz em sua gênese implicações não só de movimentação de capital, mas de intensas transformações geo-socioambientais. E quando a perspectiva de desenvolvimento pretende ser sustentável economicamente, como afirma Van Bellen (2010, p. 147), precisa “está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental, ou natural,

capital humano e capital social,” não restringindo-se porém, ao “convencional capital monetário ou econômico”, ainda de acordo com o referido autor.

Portanto, a estratégia de convencimento de que o crescimento econômico é a única forma de acabar com as desigualdades e de gerar bem-estar para a maioria, se faz sempre presente nas políticas governamentais, nem que para isso o preço social seja muito alto. Sabe-se, contudo, que ações, se desconectadas das necessidades antrópicas e ecotrópicas, geram mais prejuízos que benefícios. Neste caminho, Silva (2016, p. 179) propunha que é preciso:

...ressignificar a palavra desenvolvimento, dando a ela um novo patamar que possibilite que os diferentes modos de viver, produzir e se expressar sejam respeitados e entender que desenvolvimento tem múltiplos sentidos a depender de interesses e desejos em um mundo diverso e plural. (SILVA, 2016, p. 179)

E assim sendo, no vislumbrar de um processo efetivo de desenvolvimento, litiga o conhecimento, o reconhecimento e valorização do lugar e de seus atores, em suas diversas expressões, especificidades e modelos de vida.

➤ **Dimensões do desenvolvimento**

Utilizadas como referências na elaboração de indicadores que qualificam/mensuram o nível de desenvolvimento de um território, é plausível afirmar, a partir das visões dos autores, que as dimensões do desenvolvimento, mesmo tendo suas especificidades e parâmetros, se inter-relacionam.

Dependendo do olhar de análise, estas dimensões determinam a tendência de expansão ou de retração do marcador, o que, mais do que nunca, precisa ser compreendido por quem tem a responsabilidade de impulsionar os projetos e políticas de desenvolvimento, considerando especialmente o desenvolvimento humano como indutor das demais dimensões.

Apresenta-se a seguir, quatro delas: econômica, social, ambiental e territorial.

a) Dimensão Econômica

Compreende o processo de crescimento econômico pela produção/acumulação de ativos em um território, alicerçado em um sistema que mede o nível financeiro, orienta as relações e forças de trabalho no processo produtivo, especialmente considerando a atuação humana e que determina os modelos de consumo e organização da sociedade.



Tais relações se desenvolvem com vistas ao suprimento das necessidades de vida da população e onde há a presença de intensa volatilidade financeira que implicam por vezes, no surgimento de fatores de encolhimento e ou de aceleração e que inevitavelmente influem na forma de organização social.

O capitalismo constitui o sistema vigente que engloba a divisão da sociedade em classes, a divisão do trabalho e utiliza o comércio de bens e serviços/mercantilismo como modelo comercial para produção de riqueza. Riqueza esta, definida por (Van Bellen 2010, p.157) “como a soma de quatro componentes ou quatro tipos de capital: produzido, natural, humano e social”.

Assim, há que se considerar que a minimização das divergências entre os níveis na pirâmide social e a melhora na qualidade de vida das populações, faz-se condição importante para equilíbrio e consolidação do desenvolvimento com a necessária equidade de direitos e garantia de usufruto dos direitos na implementação da justiça social, atentando para a utilização sustentável e responsável da diversidade de recursos disponíveis.

b) Dimensão Social

Nesta dimensão, considera-se o desenvolvimento como fator essencialmente humano a partir das relações sociais na sua diversidade, cultura, modos de vida, ambientes, identidade, saberes que, imbricados pela luta pela sobrevivência por meio do trabalho, fazem girar o sistema econômico. O acesso aos serviços básicos, como alimentação, água potável, ar puro, serviços de saúde, de educação, de segurança, dentre outros direitos fundamentais, podem expressar parte da “riqueza” social. E garantir o alcance destes pela população, abrangendo as diversas sociedades constituídas, perpassa pelo reconhecimento da existência delas, das necessidades e realidades vivenciais delas e pela adoção da visão macro do desenvolvimento, como condutor de inclusão socioeconômica.

Pereira e Penido (2010 apud Silva, 2016, p.173), afirmam que “o discurso do desenvolvimento circunscrito à esfera econômica, visível somente a partir de estatísticas, distancia-se da vida e da realidade das pessoas”. Representando uma verdade, conta-se que números não qualificados em contextos não servem para diagnosticar nem para intervir nestas realidades que são eminentemente subjetivas. Porém esta ação de querer adentrar para conhecer e intervir na realidade das pessoas, é também política e só será efetivada se

a vontade dos que implementam as políticas de desenvolvimento, representar a intenção da classe trabalhadora e não só a do capital.

c) Dimensão Ambiental

O meio ambiente é a base material de sustentação da existência dos seres vivos e intrinsecamente todas as modificações nele produzidas, seja por ação antrópica ou não, resultam em impactos diretos e indiretos sobre todas as formas de vida, especialmente na saúde e qualidade de sobrevivência das espécies em guarida.

Não é novidade que promover desenvolvimento, envolve o conhecimento e o uso racional e sustentável dos recursos naturais, sempre no entendimento da importância e necessidade de cuidado e de preservação dos ecossistemas, por se fazerem primordiais à conservação da vida e acolherem a biodiversidade biótica e abiótica, recursos que se inter-relacionam e se mantêm, dinamizando o planeta. Se não conservados, por serem recursos finitos, podem comprometer a vida de todos os seres, inclusive do homem que necessita se reconhecer como parte desse ambiente e não “dono”, como infere frequentemente ao não se importar com suas ações de degradação.

Desse modo como afirmava um docente (informação verbal) por ocasião de uma aula sobre Educação Ambiental (UFRRJ 2017): “é preciso reerotizar homem natureza”- remetendo-se ao fato de que o homem precisa voltar a utilizar os recursos naturais com o encantamento, com o respeito, com a paixão e com a atração que é própria de quem ama e reconhece valor. Assim fazia o homem primitivo que se encantava com as possibilidades que a natureza lhe oferecia e a usava respeitosamente.

Para isso a sustentabilidade como princípio produtivo, apresenta-se como alternativa ecológica viável e nesse sentido, Van Bellen (2010, p.151) endossa a importância e o significado da sustentabilidade ecológica como meio de “ampliar a capacidade do planeta através da utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantêm um nível mínimo de deterioração desses ecossistemas.”

Afirma-se muito que o ser humano, inteligente e sábio que é, lança mão de inúmeras estratégias que levam à evolução de seus lucros, de seus benefícios, tendo a natureza como manancial de recursos. Mas ao mesmo tempo, não se pode deixar de perguntar o porquê de



o mesmo não saber como protegê-la, tornando-se uma questão intrigante porque expressa: o não saber ou não querer? De qualquer forma, nos remete a refletir qual o tamanho da preocupação, da participação e da imputabilidade humana na defesa do meio ambiente como garantia de preservação de sua vida e da vida das gerações posteriores, aspectos estes que deveriam se fazer motivos de inquietação global.

d) Dimensão Territorial

Para uma melhor compreensão do que representa o desenvolvimento territorial, Pecqueur (2005, p.12) explana que “o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”, e desta forma o mesmo autor enfatiza a existência de:

duas concepções do território: de um lado o território “dado”, sem valor acrescentado, ou mesmo com fatores de constrangimento e de limitações e, de outro lado, o território construído, produto de um processo de melhoria, fruto do jogo dos atores...O desenvolvimento territorial não pode ser objeto de um decreto; é uma construção de atores, mesmo se políticas públicas adequadas podem estimular e mobilizar estes atores.” (PECQUEUR, 2005, p.10)

O Território aqui é entendido como espaço de abrangência econômico, geosociocultural onde Andrade (2012, p.16), corrobora afirmando que são “unidades espaciais de análise, modelados pelas relações sociais e históricas que aí se produzem”.

Desta maneira, o território não é definido somente pela existência de um espaço físico/geográfico, mas se constitui também como resultado de uma construção dos grupos alicerçados na(s) identidade(s) e relações que os constitui como grupo social, mediados pelo Bem Viver, que conforme Silva (2017, p. 84) , “sintetiza uma oportunidade para construir uma sociedade sustentada na convivência do ser humano, em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo”.

Portanto, o território também se constitui em espaço de pertencimento dos atores, onde elementos de afetividade, solidariedade, corresponsabilidade, integração, cuidado mútuo, valores humanos, tecem e se entrecruzam na existência dos que ali habitam, com propósito maior do bem comum, da valorização humana.

Neste sentido, o desenvolvimento territorial deverá perpassar pela gestão competente para produção de bens e serviços que resultam no crescimento econômico (indicado pelo bem-estar econômico que é medido pela renda per capita em períodos determinados, pelo consumo). E na mesma linha, movimenta-se pela percepção dos identificadores de qualidade de desenvolvimento humano como saúde, bem-estar social, partilha de renda, educação, habitação, infraestrutura, dentre outros.

➤ **A relação Desenvolvimento e Bem-estar social**

O desenvolvimento como promotor de bem-estar social traz em sua gênese a concepção que o seres, especialmente o humano, são os principais beneficiários do seu alargamento e ou os prejudicados com a sua retração. Nesse processo deve-se reverberar objetivos para além do acúmulo de riquezas, mas transpor-se em uma relação orientada por justiça distributiva eficiente que gere paz social, com o acesso a bens e serviços, fundamentais à garantia de vida digna e confortável para quem o detém.

Assim sendo, considerar os recursos (humano, social e ambiental) na implementação de qualquer projeto de desenvolvimento se faz mister de ponderações, onde a busca de diminuir as desigualdades sociais tem urgência, cuja consequência ruma a promover melhores condições de vida às classes trabalhadoras e às camadas mais pobres da população, por meio de ações, especialmente que subsidiem, amparem os que mais precisam. Garantir também para quem precisa, a sustentabilidade social é papel do Estado e da sociedade como um todo.

Sachs (1997) apud Van Bellen (2010) diz:

a sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações”.(VAN BELLEN 2010, p.150)

Assim, o bem-estar social como sinônimo de um viver melhor por meio da suficiência no suprimento das necessidades socioeconômicas das populações, deve ser garantia subjacente de plenitude de direitos, mas com equidade e estes abrangem sem dúvida, direitos nas áreas social, econômica, política, cultural e ambiental.



As organizações como planejadoras e provedoras de desenvolvimento, precisam ter por obrigação além de organizar a economia de forma a dar aos cidadãos o acesso aos bens que lhes são inerentes, não esquecerem que o planeta terra tem suas fragilidades e limitações e que ações (in)sustentadas e desenfreadas em nome de modelos de desenvolvimento que não enxergam a natureza como recurso que pode ser finito se não cuidado/preservado, impactarão enormemente na vida das atuais e futuras gerações podendo até acelerar o desaparecimento.

No cenário de degradação ambiental conforme afirma Alves (2015 apud Bruno 2015 p.70), “o grande vencedor tem sido o antropocentrismo, pois o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento do bem-estar da humanidade têm ocorrido em detrimento da natureza e das outras espécies”, pensamento corroborado quando se vê o homem como principal agressor, ser testemunha e sofrer com respostas, muitas violentas, devolvidas pela natureza através dos desastres ambientais. Isso infunde uma rapidez no refletir e urgência no agir em um esforço global, compromisso de mudanças de hábitos e implementação de ações efetivas e coerentes com a sustentabilidade.

O bem comum tem centralidade na ética social, requerendo respeito à pessoa humana como ela é, com potencialidades, fragilidades, limitações, com direitos e deveres e como integrante social na teia de relações com o meio ambiente, uma vez que a humanidade não existe isolada da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorizando a ideia de que é possível construir um mundo onde o ser humano aprenda a conviver numa relação harmônica e equilibrada com a natureza, a atenção à questão ambiental precisa estar presente em amplidão nas atividades realizadas, transformando atitudes, práticas, os modos de produção e consumo de modo a implantar políticas que respondam aos imperativos hodiernos da sociedade, bem como mitigue a degradação ambiental.

Desta feita é necessária uma resignificação do seu conceito incorporando-o em ações para além do econômico mas também, para a sustentabilidade e preservação da vida em todas as suas vertentes, sendo capaz de garantir produção, cidadania, preservação do

meio ambiente e promoção da saúde e do bem-estar dos habitantes do planeta.

Conclui-se então, que o desenvolvimento se apresenta como sendo um processo abrangente que incorpora intersecções entre os fundamentos que orientam os ciclos do processo produtivo (produção, gestão, acumulação de capital/riquezas) aliados aos que orientam a preservação do meio ambiente e promoção para garantir bem-estar antrópico e ecotrópico.

Para essa efetivação ser possível um dia, demanda hoje, de consciência, de educação, de esforços individuais e coletivos, de engajamentos, de investimentos, de planejamentos, de menos ganância, de ação política, de ações concretas das nações do mundo indistintamente.

As dimensões do desenvolvimento apresentadas neste texto, constituem apenas ponto de partida para reflexões, tendo em vista a complexidade deste processo no mundo produtivo, envolvendo outrossim, outros aspectos como as dimensões culturais, políticas e tecnológicas que poderão ser objetos de posteriores estudos.

Por fim, considera-se que a relação desenvolvimento e bem-estar social é intrínseca, à medida que só se pode promover o bem estar pleno dos cidadãos se o processo de desenvolvimento alcançar a todos. Condição ainda distante na sociedade atual marcada por desigualdades extremas, geradas em virtude dos princípios vigentes no capitalismo. Contudo, isso seria possível por meio da distribuição justa e equitativa da força de trabalho, das riquezas produzidas, perpassando pela gestão competente da produtividade à acumulação do excedente com a sustentabilidade ecológica, econômica e social tão necessárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D. **População, Desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014.** Revista Brasileira Popular. Rio de Janeiro, v.31, n.1. p.219-230, jan/jun.2014

ANDRADE, Helena. **Desenvolvimento Rural Sustentável "Uma visão territorial" - Caderno de Formação. Projeto Terra - Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) - (2012- Cartilha).**

BRUNO, Miguel. **População, espaço e sustentabilidade : contribuições para o desenvolvimento do Brasil / Miguel Bruno (organizador).** - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. 344 p.



CAVALCANTI, Clóvis (Org.) - **Desenvolvimento e natureza estudos para uma sociedade sustentável** - INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro de 1994. p. 262

COSTA, Tiago Pereira. **A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver**. REVASF, Petrolina-PE, vol.7, n.12, p. 79-100, abril 2017.

DINIZ Eli. **Repensando o desenvolvimentismo: Estado, instituições e a construção de uma nova agenda de desenvolvimento para o século XXI**. Ed. Hucitec. Publicação-janeiro 2016 p. 432.

FERREIRA, Rodrigo Nunes. **Os limites da renda como indicador de bem-estar social e desigualdade nos municípios brasileiros** [manuscrito] /Rodrigo Nunes Ferreira. – 2017. 206 f.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Círculo do Livro. SP - Brasil. Editora Paz e Terra S.A - 1974. p. 61

LESSA, Sérgio. **Capital e estado de bem-estar : o caráter de classe das políticas públicas** / Sérgio Lessa.– São Paulo : Instituto Lukács, 2013. 248 p.

NUCCI, João Carlos e FÁVERO, Oriana Aparecida (2003). **Desenvolvimento sustentável e conservação da natureza em unidades de conservação: o caso da floresta nacional de Ipanema (IPERÓ/SP)**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 63-77, 2003. Editora UFPR.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005

SILVA, Flávio José Rocha da. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar**. Revista Pegada. vol. 17 n. 2 -Dezembro 2016.

SICSÚ, João. CASTELAR Armando. **Sociedade e economia : estratégias de crescimento e desenvolvimento** / organizadores: João Sicsú, Armando Castelar. – Brasília : Ipea, 2009. 252 p. : gráfs., tabs

TEODORO, Pacelli Henrique Martins (2011). **O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade**. Parte da pesquisa “Sustentabilidade urbana: sofisma, polissemia e utopia”, nível mestrado e com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

VAN BELLEN, H. M. **As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação**. Revista de ciências da administração.v.12 n. 27, p.143-168, maio/agosto 2010.

VARGAS, Diego Boehlke. **Economia política** /Diego Boehlke Vargas, Daniel Rodrigo Strelow, Tatiane Thaís Lasta. Indaial : UNIASSELVI, 2015

WAQUIL, Paulo e outros (2010) . **Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 - 127, jan./abr. 2010.